

# DIREITO DESPORTIVO

Prof. Dr. Cesar Luiz Pasold,  
Doutor em Direito pela  
Universidade de São Paulo,  
Professor e Coordenador  
de implantação do CMCJ - UNIVALI

## 1 A OBRA SOB COMENTÁRIO

O livro em apreciação rem por título CÓDIGO BRASILEIRO DISCIPLINAR DO FUTEBOL ANOTADO E LEGISLAÇÃO COMPLEMENTAR, lançado pela

EDITORA TERCEIRO MILÊNIO, Florianópolis, em 1996, com 326 páginas, de autoria de MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER.

## 2 O AUTOR

MARCILIO CESAR RAMOS KRIEGER, Bacharel em Direito pela UFSC - Turma de 1963, é Advogado Militante em Santa Catarina, atual Coordenador do Departamento Jurídico do Banco do Banco do Estado de

Santa Catarina - BESC S/A; foi Assessor de Jurídico da Federação Catarinense de Futebol; e desde 1987 exerce a função de Procurador do Tribunal de Justiça Desportiva (TJD) em nosso Estado.

## 3 PANORAMA DESCRITIVO E ANALÍTICO DO CONTEÚDO

O livro principia com uma Apresentação da lavra do próprio Autor, no qual enfatiza seu objetivo, qual seja o de responder a uma necessidade de "reunir em um só volume as normas legais e infralegais vigentes e aplicáveis ao futebol", exatamente porque as "Leis, Decretos, Portarias, Deliberações, Resoluções estavam esparsas em publicações diversas, nem sempre facilmente encontráveis" (p. 15), e inicia interessante discussão quanto à inconstitucionalidade de

um aspecto do artigo 36 da Lei nº 8.672/1993 que "Institui normas gerais sobre desportos e dá outras providências" (e cujo teor integral se encontra na obra sob exame, da página 199 à 219). Na seqüência, o texto contempla a transcrição do artigo 217- com ênfase para os seus parágrafos 1º e 2º - da Constituição Federal Vigente, e o artigo 175 da Constituição do Estado de Santa Catarina.

O corpo temático nuclear da obra é o inteiro

teor do CÓDIGO BRASILEIRO DISCIPLINAR DE FUTEBOL - CBDF , aprovado pela Portaria nº 702/81 do MEC , o qual , conforme o posicionamento do Autor , se encontra ainda em vigor *ex vi* do “art. 66 da Lei Zico”. Ali , da página 23 até a 96 , verifica-se mais contundentemente o resultado do labor metódico , criterioso e paciente do Advogado Marcílio Krieger , inserindo anotações , remissões e referências que facilitam o exame dos dispositivos , e permitem ao Leitor , especialmente se atiante na Justiça Desportiva , uma apreensão mais eficiente da lógica da norma em questão e a utilização complementar de elementos subsidiários e conexos importantes ao seu efetivo entendimento.

Seguem-se os textos das Portarias do MEC que cuidam da expulsão de atletas e do “doping e da dopagem” (p. 97 a 115 ) , e uma seleção das principais Deliberações e Resoluções do Conselho Nacional de Desportos ( p. 117 a 198 ). Após o texto integral ( já referido na presente análise da Lei nº 8.641/93 , o Autor coleciona : a Lei nº 6.354/76 ( “Lei do Passe” ) ; a Lei nº 8.641/

93 que “ estabelece normas de contribuição ao INSS dos clubes de futebol” complementada pelo Decreto nº 832/93 que trata da mesma matéria ; a composição do Tribunal de Justiça Desportiva ; as “Regras do Jogo de Futebol” com instruções adicionais e complementares , antecedidas de mensagens de João Havelange e Ricardo Terra Teixeira , respectivamente Presidentes da FIFA e da CBF. Este conjunto ocupa a obra da página 237 à 310.

E , na seqüência , há a transcrição da proposta de Resolução da proposta de Resolução que “regulamenta o art. 26 da Lei nº 8.672 de 6 de julho de 1993 . . . “ , antecedida de despacho justificador da proposta , firmado pelo Ministro de Estado Extraordinário dos Esportes , Edson Arantes do Nascimento , em que caracteriza a absoluta necessidade - para o atleta profissional de futebol - da regulamentação do pagamento da “ importância denominada Passe” ( p. 311 a 322 ).

A obra se encerra com índice remissivo , sob o critério de ordem cronológica , dos atos legais que a compõe ( p. 323 a 326 ).

#### 4 EM SÍNTESE \* \* \* \* \*

Sem a menor dúvida , o exame do livro demonstra o rigor e a aplicação havidos no trabalho de pesquisa jurídica por parte do MARCÍLIO KRIEGER , cujo fruto é uma obra de real utilidade para todos que se interessam pelo Direito Desportivo , em especial o relacionado com o futebol.

A publicação desta resenha bibliográfica na revista NOVOS ESTUDOS JURÍDICOS se faz sob dois fundamentos : 1º ) valorizar , também no ambiente acadêmico , a obra de quem não o integra , no momento ; 2º ) trazer ao Pós Graduação em Ciência Jurídica da UNIVALI , especialmente ao seu curso de Mestrado , o estímulo para que esta área da Dogmática Jurídica ( o Direito Desportivo ) venha merecer a atenção e a pesquisa

continuado.

Como é consabido , o esporte em nosso país ( especialmente o futebol ) provoca paixões e arrebatamentos. A sua significação sócio-psicológica é indiscutível. Pouquíssima , no entanto é a atenção que se lhe dá , quanto às suas peculiaridades jurídicas.

Eis o grande mérito de MARCÍLIO KRIEGER : a pertinácia e a coragem de estudar pesquisar , com extrema seriedade , tema tão relevante e tão olvidado.

Eis o grande desafio da Academia , especialmente no nível de Pós Graduação : trazer o tema para si e , em seguida investigá-lo cientificamente , procurando contribuir para a melhoria do Sistema Jurídico Nacional em todas as suas facetas !